Texto para Discussão

2559

Brasília, Maio de 2020

ipea
SUMÁRIO EXECUTIVO

MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DOS EFEITOS ECONÔMICOS DA PANDEMIA COVID-19: PANORAMA INTERNACIONAL E ANÁLISE DOS CASOS DOS ESTADOS UNIDOS, DO REINO UNIDO E DA ESPANHA

Claudio Amitrano
Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.
E-mail: claudio.amitrano@ipea.gov.br.

Luís Carlos G. de Magalhães
Técnico de planejamento e pesquisa na Diest/Ipea.
E-mail: luis.magalhaes@ipea.gov.br.

Mauro Santos Silva
Especialista em políticas públicas e gestão governamental do Ministério da Economia, em exercício no Ipea, e docente permanente no Programa de Mestrado em Governança e Desenvolvimento da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). *E-mail*: mauro.santos@ipea.gov.br

Este texto para discussão apresenta um panorama internacional das medidas econômicas de primeira geração, adotadas no período entre o mês de março e o primeiro decêndio do mês de abril de 2020, para reduzir os graves efeitos econômicos da pandemia do Sars-COV-2. São analisadas medidas referentes a três países: Estados Unidos, Reino Unido e Espanha. Considerando a disponibilidade de informações, procura-se apresentar o arranjo institucional de implementação dessas políticas econômicas e seus instrumentos.

A abordagem toma como base primordialmente os documentos governamentais que normatizaram as medidas de política econômica. Portanto, não considera a regulamentação destes dispositivos e muito menos os procedimentos relacionados ao processo de implementação das medidas pelos governos centrais ou em parcerias com unidades federativas. Não obstante tais limitações, são apresentadas informações sobre o desenho das políticas públicas e sobre os aspectos institucionais que dão suporte a sua operacionalização que podem contribuir para a reflexão dos *policy markers* que, neste momento, enfrentam o desafio de desenhar e executar políticas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Brasil.

É importante ressaltar que as estratégias são dinâmicas. Não obstante a necessária capacidade de antecipação na doação de medidas de política pública, notadamente as de natureza econômica, os governos (executivos e legislativos) também enfrentam o desafio de calibrar a condução das políticas conforme se desenvolve a história natural da pandemia e se configuram os cenários adversos a serem enfrentados e superados. Portanto, muito provavelmente, os próximos meses serão de intenso ativismo de elaboração e implementação de políticas por parte dos Estados Nacionais.

As medidas adotadas nos três países apresentam como características comuns a mobilização de grande volume de recursos fiscais e financeiros, a adoção de grande diversidade de instrumentos de política econômica e uso de arranjos institucionais sofisticados em termos de regras de focalização e de mecanismos de operacionalização das medidas adotadas. Essas respostas, chegam a envolver a mobilização de recursos estimados em até de 20% em termos de gastos em proporção do PIB em países como Espanha e Reino Unido. Mesmo um país como os Estados Unidos, com uma tradição de limitar a intervenção direta do Estado nas atividades econômicas, o valor das medidas econômicas chega a 9% da renda nacional e, tudo indica, quando se considera a injeção de crédito do FED, essa proporção deverá ser ainda mais expressiva.

Outro aspecto comum observado nos três países analisados é o foco no socorro às empresas, em particular nas de grande porte, mediante medidas voltadas ao financiamento das empresas, por exemplo, empréstimos diretos, garantias governamentais a créditos pretéritos e futuros, assim como aquisições patrimoniais de parte ou da totalidade das empresas

em dificuldade. Neste sentido, as estratégias sugerem a preservação do emprego e da renda ocorrerá por meio desse tipo de medida, e não do apoio direto ou indireto dos empregados e/ou trabalhadores autônomos, ainda que medidas desta natureza também tenham sido observadas, porém, em menor escala.

Algumas diferenças merecem destaque, em particular o nível de atenção conferido aos governos e às unidades subnacionais, assim como o foco em setores preferencias como alvo de políticas específicas, ambos maiores nos Estados Unidos e no Reino Unido. Deve ser ressaltado, ainda, que a rede mais reduzida de proteção social nos Estados Unidos obrigou que uma parcela grande dos recursos fiscais sejam destinados à proteção social das famílias, inclusive com a expansão de gastos na assistência à saúde, em razão da natureza privada do sistema de saúde americano em relação ao vigente nos países europeus.

Este trabalho também analisa os arranjos institucionais que organizam o processo de operacionalização dessas políticas públicas. Foram observadas semelhanças e diferenças importantes na configuração institucional. Quanto às semelhanças, cabe destacar o aproveitamento das estruturas institucionais pretéritas para dar maior celeridade às medidas, ainda que acompanhadas por ajustes incrementais orientados ao atendimento das particularidades das ações escolhidas para o enfrentamento da crise atual. No que tange às diferenças, sobressaem-se as distintas formas de interação entre os poderes Executivos e Legislativos, assim como a diversidade e a intensidade de criação de novos quadros normativos para as medidas, tanto maior quanto menor o nível de tradição de intervenção estatal na economia

Não é possível, *a priori,* fazer apostas em quais arranjos institucionais apresentarão melhor desempenho em termos dos resultados dessas políticas. Entretanto, em especial, serão importantes os mecanismos de coordenação dessas políticas, para que sejam obtidos resultados satisfatórios no combate dos efeitos econômicos da Covid-19. Mas, sem dúvida, as capacidades estatais, nas quais se incluem os arranjos institucionais e sua governança, serão determinantes para se fazer frente aos desafios, especialmente na economia e na saúde pública, da pandemia de Covid-19. Logo, todos estes fatores devem ser considerados em uma estratégia de política pública de enfrentamento da crise econômica decorrente da pandemia Covid-19 no Brasil.

SUMÁRIO EXECUTIVO